



## A SECA, A EPIDEMIA E A FOME NAS CAPITANIAS DO NORTE, 1790-1793

### DROUGHT, EPIDEMIC AND HUNGER IN THE NORTHERN CAPITAENCY, 1790-1793

**Resumo:** O presente artigo busca analisar a ação dos administradores coloniais durante a chamada “grande seca” nas capitanias do Norte. Durante os anos de 1790-1793, a capitania de Pernambuco e as capitanias anexas/subordinadas – Rio Grande, Paraíba e Ceará – sofreram com a seca, a epidemia e a fome que assolaram toda a região. As ações do governador-geral da capitania principal e dos capitães-mores das capitanias menores, além dos agentes camarários são o foco do trabalho. Atores obrigados a moldar suas ações individuais, escolhas e decisões, num contexto de falta de recursos e em paralelo às reações de outros atores nesse “universo de possíveis”. Para a pesquisa, utilizaremos como fontes documentais as cartas do governador de Pernambuco e dos capitães-mores das capitanias anexas, além da documentação referente as capitanias de Pernambuco, Rio Grande, Paraíba e Ceará depositadas no Arquivo Histórico Ultramarino e disponibilizadas pelo Projeto Resgate, os termos de vereação das Câmaras municipais, relatórios, escritos e memórias de viajantes e administradores coloniais.

**Palavras-chave:** seca; capitania; governador; capitão-mor.

**Abstract:** This article seeks to analyze the actions of colonial administrators during the so-called “great drought” in the northern captaincies. During the years 1790-1793, the captaincy of Pernambuco and the attached / subordinate captaincies - Rio Grande, Paraíba and Ceará - suffered from the drought, epidemic and hunger that plagued the entire region. The actions of the governor-general of the main captaincy and the captains-minors of the minor captaincies, in addition to the city officials, are the focus of the work. Actors forced to shape their individual actions, choices and decisions, in a context of lack of resources and in parallel to the reactions of other actors in this “universe of possible”. For the research, we will use as letters of document the letters of the governor of Pernambuco and of the captains-mores of the attached captaincies, in addition to the documentation referring to the captaincies of Pernambuco, Rio Grande, Paraíba and Ceará deposited in the Overseas Historical Archive and made available by the Rescue Project, the terms of councilors, reports, writings and memoirs of travelers and colonial administrators.

**Keywords:** drought; captaincy; governor; captain-general.

**Jeferson dos Santos Mendes**

Doutor em

História e Cultura do Brasil  
pela Faculdade de Letras  
da Universidade de Lisboa  
mendesjeferson@campus.ul.pt

**DOI:** <https://doi.org/10.4013/rlah.2021.1025.03>

## Introdução

Durante o período da grande seca<sup>1</sup> a capitania de Pernambuco era governada por Tomás José de Mello. No cargo desde 1787, o governador provinha da alta fidalguia portuguesa. Descendente dos marqueses de Alegrete, fazia parte da primeira nobreza de corte (Monteiro; Cunha, 2005, p. 224). Iniciou muito cedo na carreira militar, aos 13 anos assentou praça de soldado. Em 1761, passou ao posto de guarda-marinha, o primeiro de sua classe. Serviu na Índia, participou do ataque a praça de Argel e em 11 de agosto de 1786 foi nomeado governador e capitão-general da capitania de Pernambuco, tomando posse em 11 de dezembro de 1787, permanecendo até 1798, quando foi afastado do cargo para ser julgado nos tribunais do Reino (Dias, 2019).

Já as capitanias anexas ou subordinadas - Rio Grande, Paraíba e Ceará, eram governadas pelos capitães-mores, respectivamente, Caetano da Silva Sanches, Jerônimo José de Melo e Castro e Luís da Motta Feo e Torres. Caetano da Silva Sanches fora nomeado governador interino justamente no ano da grande seca. Luís da Motta foi nomeado um ano antes e Jerônimo José ocupava o cargo de capitão-mor desde 1764.

Se a seca é um elemento constitutivo da caracterização do nordeste atual do Brasil (Bonato, 2018, p. 344), a descrição dela remonta ao período colonial. A “grande seca” nas capitanias do Norte foi retratada por viajantes e pelas autoridades coloniais. O padre Joaquim José Pereira realizou diversas viagens pelos atuais estados do Piauí, Maranhão, Ceará e Rio Grande do Norte. Das suas memórias sobre a passagem pela Ribeira do Apodi, sob as ordens do secretário de estado dos negócios do Reino e do Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho, nos anos de 1792 e 1793, resultou a *Memória sobre a extrema fome e triste situação em que se achava o sertão da Ribeira do Apody....* Já, o viajante inglês Henry Koster, passou pelas capitanias de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande no início do século XIX. Suas memórias foram publicadas no livro *Viagens ao nordeste do Brasil*, com riquíssimos detalhes sobre a região. Tomás José de Melo, governador da capitania de Pernambuco e os capitães-mores das capitanias anexas, além

---

<sup>1</sup> A denominação de grande seca foi utilizada para denominar outras secas desde o século XVI, sendo utilizada até o XIX. Luciano Ximenes fez um quadro das secas sofridas no Nordeste de 1559 até 2012. Durante o século XVIII, foram seis secas, sequencialmente: 1710-1711, 1722-1728, 1744-1746, 1766, 1777-1778, 1790-1793 (Ximenes, 2013).

dos oficiais camarários, também retrataram em cartas, correspondências e vereações as consequências da seca.

Para a pesquisa, utilizaremos como fontes documentais as cartas do governador de Pernambuco e dos capitães-mores das capitâneas anexas, além da documentação referente as capitâneas de Pernambuco, Rio Grande, Paraíba e Ceará depositadas no Arquivo Histórico Ultramarino e disponibilizadas pelo Projeto Resgate, os termos de vereação das Câmaras e de escritos e relatos de memória de viajantes e administradores coloniais.

### **“A cada passo se esperava a morte”: a capitania do Rio Grande**

Durante a grande seca a capitania do Rio Grande era governada pelo capitão-mor e governador Caetano da Silva Sanches. Recém nomeado interinamente ao cargo, vai expressar logo na sua primeira carta ao secretário Martinho de Melo e Castro as condições encontradas na capitania do Rio Grande e as dificuldades encontradas para manter as determinações e ações com a difícil relação com as autoridades coloniais, principalmente com o ouvidor da Paraíba, Antônio Soares de Brederode. Mesmo atuando quase sem governabilidade vai ser o governador a atuar mais próximo dos desejos camarários.

Phelippe Guerra e Theophilo Guerra, ao falarem sobre a seca na capitania, destacaram que “pode-se dizer que nada há no Rio Grande do Norte sobre secas” e “tem merecido pouca atenção” (s/d, p. 237). Uma das memórias a tratar da “grande seca” na Ribeira do Apodi<sup>2</sup> foi escrita pelo padre Joaquim José Pereira. Foi escrita em 1798 – período em que o secretário de Estado, D. Rodrigo de Souza Coutinho recebia diversos pedidos das câmaras e dos governadores das capitâneas do Rio Grande, Paraíba e Ceará, de desanexação da capitania de Pernambuco. Em sua memória o padre inicia sua observação do período de 1792 e de 1793 com as causas da calamidade que viveu a região:

---

<sup>2</sup> Joaquim Alves, em *História das secas*, recorda que “naqueles tempos os portos de maior importância para os sertões de Apodi eram os de Aracati e Assú, ou Vila Nova de Princesa, como era chamado então, os quais distavam dos sertões potiguares dias de viagem” (s/d, p. 66).

A investigação desta carta temporária nasceu de uma atenta e escrupulosa observação feita e meditada sobre a estação dos anos de 1792 e de 1793, nos quais a cada passo se esperava a morte. Ela devastou, pelo excesso a que chegou, e despovoou os sertões por falta das chuvas, que se esperavam do céu, de que resultaram tristíssimas consequências e desgraçados fins.

A geral penúria que houve de viveres e mais mantimentos, causou uma excessiva fome, sem recurso algum mais do que a tudo quanto se encontrava pelos campos, e que podia encher os estômagos famintos: calamidade esta que assolou os povos daquele continente, e que como bloqueados de um assédio, em que estavam constituídos, suportavam com gemidos e lágrimas o desamparo da sua infeliz situação, em que os pôs era o céu naquele castigo; onde lhes pareciam estar abandonados do mesmo céu e da mesma terra.

[...] Nas secas inesperadas, de que cuidados se não ocupam eles. Como andam espavoridos. Pela situação em que se acha aquele sertão, o mais leve princípio de uma seca os faz andar espasmódicos, tristes e pensativos, lacrimosos e desconhecidos. Eis aqui o verdadeiro caráter que representavam no ano de 1792 e 1793. Seus passos eram lentos pela mínima fraqueza em que se achavam; sua respiração era cheia de repetidos ais e suspiros; seus olhos estavam fundos e encovados com espanto, e os rostos minimamente pálidos; todos os pobres, e igualmente todos os ricos enfim, foram reduzidos ao miserável estado desta catástrofe da natureza (Pereira, 1798, p. 175 e 179).

Tal estado de penúria relatado pelo padre, também foi descrito pelos *homens bons* da Câmara, em 21 de janeiro de 1792. Na vereação, os camarários “acordarão” em “notificar todos os pescadores da redinha para venderem este povo todo o peixe que pescassem [...] pela grande fome que há nesta cidade por causa da grande seca” (Termo de Vereação, 1748-1803, p. 168). Ao analisar a atuação da Câmara do Rio de Janeiro, Fernanda Bicalho ressalta que as câmaras municipais ultramarinas eram órgãos fundamentais de representação dos interesses das demandas dos colonos (Bicalho, 1998). Com autonomia, tais conselhos municipais, lembra Russell-Wood, eram mais poderosos que seus equivalentes da América espanhola. Governadores e vice-reis que os negligenciavam incorriam em “risco próprio” de “pessoas influentes na colônia” com “linha direta de comunicação com a corte, e cujas reclamações poderiam facilmente ganhar os ouvidos de um ministro poderoso ou do próprio rei”. Em caso de “malogro de um governador em negociar ou acomodar interesses locais poderia provocar uma repreensão régia ou levar à sua destituição” (1998).

Há preocupação camarária, presente também na primeira correspondência do capitão-mor e governador interino com a coroa lusitana. Caetano da Silva Sanches, na

primeira carta ao secretário Martinho de Melo e Castro, expôs as primeiras impressões da capitania e seus limites governativos. Os problemas de enfermidades que passavam os moradores, desde epidemia de bexigas, escassez de carne, farinha, peixe, além da falta de militares e armamentos para os corpos de infantaria da capitania.

No dia 19 de Fevr<sup>o</sup> deste pres<sup>e</sup> ano tomei posse desta Capitania do Rio Grande do Norte, da qual V. Ex<sup>a</sup> me fez a honra em carregar o governo dela, achando esta pequena cid<sup>e</sup> e suas vizinhanças no deplorável estado de maior compaixão, com uma epidemia de bexigas q tem morto mt<sup>a</sup> gente, e poucas casas há tanto nesta cidade, como nas referidas vizinhanças que não experimentem o mesmo mal, sendo o meu maior sentim<sup>to</sup> a falta de todos os víveres que padecem, por me constar q alguns dos doentes chegaram a comer cocos e Mangabas<sup>3</sup>, por não terem outro mantim<sup>to</sup> (AHU\_ACL\_015, Cx. 8, D. 483).

Por outro lado, a preocupação do governador foi reconhecida pelos oficiais camarários em correspondência direta com a rainha. “Atestamos”, escreveram os oficiais, “que o governador desta capitania Caetano da Silva Sanches interessando se com desvelo no bem deste povo, ao qual no tempo de sua posse achou oprimido com peste e fome”. O governador “tem feito conduzir de remotas partes aonde não chega o poder desta Câmara o preciso mantimento de farinha, fazendo distribuir sem preferência de rico a pobre [...] atendendo também a grande falta de carne” (AHU\_ACL\_015, Cx. 8, D. 483).

O gado bovino, além de fornecer alimento para a população concentrada nas faixas litorâneas, era essencial para os engenhos açucareiros da zona da Mata nordestina. Como boa parte das terras era destinada à lavoura de cana-de-açúcar, principal fonte de riqueza da capitania até a metade do século XVIII, a criação de gado foi se interiorizando cada vez mais até tornar-se a principal atividade econômica das terras secas situadas sertão adentro (Monteiro, 2002, p. 100). Koster também retratou em suas memórias como “antigamente era exportada para outras capitâneas, grandes quantidades de carne de boi, seca e salgada, mas a mortandade no gado devido as secas frequentes, tornou inevitável a cessão deste comércio” (1942, p. 175), que acabou sendo distribuída pelo interior da colônia pela capitania do Rio Grande de São Pedro. Manuel Esteves de Almeida, vereador de Aracati, em sua *Memória* sobre a secas de 1791 e 1792 relatou que ela “destruiu e

---

<sup>3</sup> Koster lembra que durante a seca de 1793 os habitantes de Pernambuco se alimentaram com sumo de mandioca (1942, p. 467).

matou quase todos os gados do sertão” (1887, p. 85). Os que não morreram, segundo Phelippe Guerra e Theophilo Guerra, sofreram com “a morrinha em gados”. Os moradores que não tinham levado os gados para “os sertões vizinhos, voltaram sem coisa nenhuma, deixando o que tinham conduzido, o que era de fôlego, morto, e mesmo o trem que haviam levado por não ter em que carregar” (s/d, p. 21).

No ano em que Caetano tomou posse, o governador de Pernambuco deu ordem para arrematação de um novo edital. O capitão-mor convidou os homens com mais posses da capitania para participar do remate do contrato das carnes, mas como entre os homens que “teriam posse” não havia “um só homem que pudesse rematar”, mandou “convidar p.<sup>a</sup> virem lançar e ver se havia quem desse os lances mais cômodos em favor do povo” (AHU\_ACL\_CU\_018, Cx. 8, D. 483; AHU-Pernambuco, cx. 8, doc. 483; AHU-PERNAMBUCO. AHU\_ACL\_CU\_018, Cx. 8, D. 485)<sup>4</sup>. Os camarários de acordo com o governador determinaram em “acrescentar mais uma polegada nas medidas de farinha” (Termo de Vereação, 1748-1803, p. 297), “acordaram em fazer rematar a matança de gado” (Termo de Vereação, 1748-1803, p. 152) e mandaram os pescadores “venderem a este povo todo o peixe” (Termo de Vereação, 1748-1803, p. 168).

As ações do governador eram visivelmente apoiadas pela Câmara. Para os camarários Caetano tratava a “ambição” e o “gênio”, buscava ainda tentar resolver a peste de bexigas que deixavam o povo aflito (AHU\_ACL\_015, Cx. 8, D. 483). O padre, em suas observações reforçou os males causados pela “peste” dos habitantes norte-riograndenses, assim como o governador e os *homens bons* da Câmara reforçaram os problemas de saúde causados:

De sorte que os agrestes e desconhecidos alimentos, e que por suas qualidades deletérios da saúde e da vida daqueles habitadores, produziam neles inchações disformes, vômitos de sangue extraordinários, disenterias ferinas, males cutâneos cruéis, marasmos

---

<sup>4</sup> Geralmente, o contrato das carnes era arrematado pelo prazo de três anos consecutivos, com valor superior aos contratos dos molhados e das aferições, e exigia um fiador como garantia à Câmara. Se o valor pago pela arrematação era maior conforme outros produtos, era maior também o lucro do contratador, que monopolizava a venda das carnes na capitania de tal forma que qualquer comerciante interessado em vender o produto deveria, não só pedir licença ao contratador, mas pagar ao mesmo e depois à Câmara. Com o monopólio, o arrematador era o único com jurisdição para comercializar carne, ficando ao cargo da Câmara fazer a vistoria na cidade e o controle contra possíveis comerciantes. Após a licença concedida, cabia ao contratador abastecer as localidades em dias estipulados pela Câmara (Dias, 2011, p. 145-146).

últimos; vindo por este motivo a povoarem as sepulturas dos campos e dos povoados (Pereira, 1798, p. 175).

Ao catastrófico contexto descrito pelo padre, reforçado pelos *homens bons* da Câmara e pelo governador recém nomeado, somados à seca, fome, morte e falta de alimentos para a população, se juntava a falta de boticas para tratar dos enfermos. Caetano da Silva Sanches, nesse contexto, ordenou “ao cirurgião da comp.<sup>a</sup> q guarnece a fortaleza desta cid.” e “q fosse todos os dias de manhã e de tarde, verificar a todos os doentes” por “não haver outro cirurgião nem médico”. O capitão-mor ordenou para que desse os remédios “a todos os doentes q precisassem deles” pois “não há uma só botica” (AHU\_ACL\_015, Cx. 8, D. 483). O padre Joaquim José Pereira lembra que nos dois anos de seca faltaram todos os tipos de viveres:

No ano de 1792 sucedeu a rigorosa seca, de que se faz principal menção neste lugar, que assolou o sertão do Apodi, e toda a capitania de Pernambuco, onde se acabaram todos os viveres, e morreram os gados, e a mesma gente que os habitavam perderam as vidas.

No ano de 1793 ainda grassava a mesma seca com a mesma penúria, e apenas houveram alguns recursos neste ano nos portos de mar mais consideráveis, como fosse o do Aracati, ou Vila de Santa Cruz, e no do Assú, ou Vila Nova da Princesa, distantes do centro deste sertão dias de viagem, onde era a minha residência no emprego de Sua Majestade, sendo vigário de índios na via de Porto Alegre, cabeça do termo do mesmo sertão do Apodi (Pereira, 1798, p. 177).

Tiago Bonato destaca as representações feitas pelo padre sobre o clima nos sertões e a contraposição entre a seca e alguns meses de chuva. Sendo a seca, mais citada do que as chuvas, que provocavam cheias dos rios (2018). Esses períodos de alternâncias climáticas, também estão presentes nas correspondências entre as autoridades das capitâneas do Norte. Caetano da Silva Sanches em correspondência com o conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho, pede para animar o comércio entre a capitania e o Reino. A capitania tornou-se uma região produtora de açúcar e algodão, que antes “se iam buscar” em Pernambuco, pois, no seu tempo “se tem fundado algumas engenhocas que fabricam seus açucares e os agricultores empregados nas plantações de algodão”. Entretanto, lembra o governador nomeado que “a rigorosa seca que houve em três anos consecutivos, quais foram as de 1791, 92 e 93, os derrotou e depois desses anos de seca

tem sido os invernos muito escassos de chuvas, de sorte que tem feito desanimar a alguns por não terem produzido os ditos gêneros” (AHU\_ACL\_015, Cx. 8, D. 53).

A seca prejudicou de tal forma a produção interna da capitania que os *homens bons* da Câmara, na representação enviada ao Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho, informaram que a capitania exportava todos os anos “seis mil bois, e antes da seca de 1790 a 1793 certam<sup>e</sup> iam quinze, dezesseis mil bois por ano”. Lembravam da dificuldade de “atravessar inóspitos sertões, tão trabalhosos de viajar em tempos de seca por estarem áridos e faltos de água, como insuportáveis de passar com tempo de inundações” pois havia “a cada inst.<sup>e</sup> um perigo iminente de vida” (AHU\_ACL\_015, Cx. 8, D. 514). Desse modo, buscavam, no final do século XVIII, a mesma concessão dada as capitanias do Ceará e da Paraíba, a desanexação da capitania de Pernambuco, que só aconteceu com a Revolução Pernambucana de 1817.

#### **“Estradas juncadas de cadáveres”: A capitania do Ceará**

À frente da capitania do Ceará estava o capitão-mor Luís da Motta Feo e Torres, militar de carreira, que permaneceu como governador do Ceará Grande entre 1790 a 1797. Durante a seca enviou diversas cartas e relatórios ao secretário Martinho de Melo e Castro. Nelas detalhou como a seca provocou a dizimação do gado, forçou as migrações e prejudicou a economia da capitania (Oliveira, 2018, p. 42-43). Na primeira carta a Martinho de Melo e Castro, Luís da Motta expõe a destruição provocada pela seca na capitania:

[...] nunca vista seca, que tem devastado esta Capitania com a perda de inumeráveis gados de toda a sorte, destruição de lavouras tanto de mandioca, como de algodão, em razão de que se tem visto uma grande parte destes povos na precisão de emigrarem de umas terras para outras, encontrando em toda a parte a mais dura fome de que além dos irracionais tem sido vítima os racionais, tornando por este modo inúteis todos os desvelos com que eu havia promovido a agricultura com a satisfação de a ver em um grau de perfeição maior do que aqui jamais havia tido (AHU\_CU\_Ceará/Avulsos. Caixa 12. Doc. 687).

O senador Joaquim Catunda, ao escrever sobre a grande seca na capitania do Ceará, no século XIX, lembra que “flagelou a Capitania por quase quatro anos”.

Transcorreu com sucessivos períodos escassos de chuvas nos anos de 1790 e 1791 e nenhuma em 1792. No último, “as águas desapareceram completamente” da capitania. A seca foi tão rigorosa no Ceará que, segundo ele:

Morreram os gados, os vaqueiros, muitos fazendeiros e os animais domésticos e bravios. As estradas juncadas de cadáveres, famílias inteiras mortas de fome e sede, e envolvida no pó dos campos; o interior deserto; a população esfaimada e dizimada pela peste nos povoados do litoral, atulhadas de retirantes as Capitâneas vizinhas, esmolando uns; furtando outros, trabalhando pouco.

[...] que na ribeira do Acaraú, algumas senhoras ainda mesmo abastadas, dando a luz nesse ano, se virão obrigadas a manter-se com alimentação de jacús, mel de abelha e carne de veado, na ausência absoluta de cereais, galinha e outras carnes tragáveis. Diversos fazendeiros perderam todos os seus gados, outros três partes destes. A população menos favorecida, sem auxílio do governo que, então, não tinha meios de proporcionar-lhe socorro, dispersara-se, procurando, parte a Ibiapaba e parte a margem do Parnaíba (*Apud.*, Alves, s/d, p. 61).

Nessas condições, Tomás José de Mello atendeu aos pedidos do governador do Ceará. Feo Torres pedia para suavizar a “consternação dos moradores da Ribeira do Acaracu e vila do Sobral” devido a mortandade dos gados e expansão das epidemias, com o envio de “médicos, cirurgiões, boticário com botica e sangradores” (RIHGC, p. 15). O governador aguardava, ainda, por serem minguados os recursos, um barco vindo do Maranhão com “farinha, arroz e mais legumes”, tendo, finalmente, “conseguido este socorro” (Studart, 2004, p. 422).

Com a perda de inúmeras cabeças de gado e a destruição das lavouras, tanto de mandioca como de algodão, muitos moradores da capitania migraram para outras regiões. Acontece que acabavam “encontrando em toda parte a dura fome”. Na capitania, assim como nas outras capitâneas anexas, a seca afetou os negócios, principalmente do contrato das carnes. Os arrematantes da vila de Fortaleza chegaram a pedir diretamente à rainha a prorrogação para o pagamento da dívida do contrato:

A grande seca e esterilidade que geralmente se experimentou e se está se experimentando naquele país e sertões pelo ano de 1791-92, pois consistindo o quase todos os frutos e dízimos da dita comarca, na produção e criação de gados foi tal a mortandade deles por causa da referida seca, que havendo muitas fazendas das ditas freguesias que

recolhiam trezentas e setenta e quatrocentos bezerros não recolheram coisa alguma no ano de 1791, pela grande seca e mortandade dos gados não dar lugar esperando na divina providência houverem chuvas no ano próximo de 1792, porém foi Deus servido continuar a grande seca e esterilidade em toda esta comarca que não escapou as ditas freguesias quase nada e algum pequeno resto muito limitado que tem escapado ainda estão morrendo infectados e pestilentos e expostos aos inevitáveis furtos que continuamente se estão fazendo deles, não só os pobres mas ainda muitos dos que não estão obrigados das fomes e misérias em que vivem para não morrerem a pura necessidade é, e ainda que venha a cessar no ano próximo futuro a lamentável seca que está laborando sempre durará nos primeiros futuros anos os seus funestos e tristíssimos efeitos tanto pelas faltas das mães para a precisa produção, por ser de gado muito novo o do pequeno remanescente que poderá escapar como porque não é bastante para a sustentação de carnes para os povos ou ainda sobrepujando algumas poucas cabeças, indispensável medearem anos para poderem dar frutos (AHU\_CU\_Ceará/Avulsos. Caixa 12. Doc. 696).

Nas pequenas povoações “onde não chegavam o poder da Câmara” os estragos foram maiores. As que possuíam um número mais significativo de habitantes, a exemplo de Aracati e Fortaleza, acabavam sendo beneficiadas pela proximidade da administração da capitania. Nesse caso, o capitão-mor pediu recursos aos governadores de Pernambuco e Maranhão, bem como ao comércio da Paraíba. Assim como a capitania do Rio Grande, na capitania do Ceará a mortandade de gado foi significativa. A memória do vereador de Aracati, Manuel Esteves de Almeida, lembra que:

[...] no ano de 1790 principiou, além de outras mais moderadas, uma seca tão terrível e rigorosa, que durou o espaço de quatro anos, porém no ano de 1791 e 1792 mais excessiva, de tal sorte que derrubou, destruiu e matou quase todos os gados dos sertões desta comarca, e por isso veio a perder aquele ramo de comércio das fabricas de carne seca desde o ano de 1793 exclusive, porque no ano de 1794 já não houve gados que se matar e pereceriam todos, se da Capitania do Piauí não socorressem aos dos sertões desta comarca com seus gados, cujo domínio se espera ser reparado em razão de já ir de agora havendo gados com que se poderá continuar a referida fabrica de carnes secas (RIHGC, ano I, 1887, 2º e 3º Trimestre).

Por outro lado, a seca foi responsável pela fome, que chegou a obrigar os habitantes da capitania a alimentarem-se do que encontravam. Consequentemente, resultou em diversas epidemias. Na obra *Corografia brasileira*, Aires de Casal lembra que a seca “fez perecer todos os animais domésticos e muita gente a míngua; o mel foi por

muito tempo o único alimento e também a causa de várias epidemias, que varreram muitas mil pessoas por toda a província” ([1817], 1945).

### **“A seca que tem abrasado os sertões, como nunca se tem visto”: a capitania da Paraíba**

A capitania da Paraíba estava a cargo do coronel Jerônimo José de Melo e Castro, que dentre os governadores foi o que mais sofreu os desmandos do cargo. Assim como os capitães-mores do Ceará e do Rio Grande, também estava subordinado a capitania de Pernambuco. Ao contrário dos outros capitães, vai envolver-se em disputas de jurisdição e rivalidades com o governador Tomás José de Melo, com as elites locais da capitania e com o ouvidor geral da Paraíba, Soares de Brederode (Chaves Júnior, 2013; Paiva, 2012).

O governador de Pernambuco, Tomás José de Melo, em 16 de agosto de 1791, comunicou à rainha a representação feita pelos oficiais da Câmara da Paraíba, “q os senhores de engenho [...] se achavam reduzidos a última miséria pela violenta e inopinada cheia [...] q lhes destruíra suas fabricas e culturas” (AHU\_ACL\_015, Cx. 178, D. 12437; AHU\_ACL\_015, Cx. 178, D. 12444). Os prejuízos causados pela “grande seca que houve na Real Vila de Assumpção”, seguida pela “total ruina que lhe causou a grande inundação de águas” fez a rainha ordenar ao governador Tomás José de Melo “averiguar os rendimentos da D.<sup>a</sup> Comarca [...] declarando o quanto poderão importar a reedificação dos prejuízos ocasionados pela inundação” (AHU\_ACL\_015, Cx. 182, D. 12682).

O governador mandou o desembargador Ouvidor Geral da Comarca das Alagoas, o qual verificou que “a seca alegada foi certa e verdadeira, assim como também é a ruina q a grande cheia do Rio S. Francisco causou depois não só na casa da comarca, mas também na igreja e casas da referida Ilha”. Entretanto, a comarca tinha os rendimentos da Ilha, do dízimo cobrado a quarenta mil réis, e procedia “multando em cem reis cada cabeça de gado vacum e cavalari q for pastar” fora da comarca. Concluiu que “a reedificação da casa da comarca aproveitando-se os materiais da antiga e fazendo-se a nova casa trabalhando nela os índios se pode muito bem fazer com duzentos mil reis”. Em suma, “se devem achar nos cofres” a reparação da casa, “sem que a Fazenda Real passe por essa despesa” (AHU\_ACL\_015, Cx. 186, D. 12897).

A 21 de abril de 1792, Jerônimo José de Melo em carta ao secretário Martinho de Melo e Castro falou da seca e de suas ações. Para o governador, a “seca universal na capitania de Pernambuco e nesta [Paraíba], tem posto em tal consternação os povos na falta de farinha e mais legumes”, que faltavam para as tropas e ocasionavam a “pobreza dos povos”. Para aliviar a falta de farinha, mandou “repartir a farinha com uma proporcionada economia” (AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 31, D. 2258). Fato que gerou um conflito com os negociantes da capitania.

Assim como nas outras capitanias anexas a Pernambuco, a Paraíba, também foi muito afetada pela seca. Irineu Pinto e Maximiliano Machado, lembram do aumento dos preços das mercadorias e como alguns gêneros tornaram-se escassos e, ainda, o sofrimento dos habitantes:

[...] desde 1788 os invernos se tornaram escassos, ocasionando essa irregularidade notável elevação de preço dos gêneros de consumo pela insuficiência relativa às necessidades publicas. Os moradores do centro, como os do sertão, tinham por seguro que as chuvas voltassem na próxima estação, e por isso não se retiraram na caça e nas raízes tuberosas a alimentação da família. Enganaram-se, porém, nos seus vaticínios e experiências. Não choveu mais. De 1790 a 1793 não puderam retirar-se senão pondo em prova a coragem dos grandes cometimentos, quando já não tinham o que comer, nem robusteza para caminhar dezenas de léguas por uma região assolada pelos ardores do sol. Foi naquele funesto período que o flagelo se mostrou mais rigoroso e funesto. Secaram os poços e as fontes, a terra apresentava na superfície largos e profundos sulcos, as arvores perderam a folhagem, desapareceram as aves e os quadrupedes, não havia abrigo em parte alguma. Foi por esse deserto medonho que aquele povo afrontou a morte.

[...] Mulheres, meninos e velhos, caminhando a passos lentos e com olhar desvairados, estendiam o braço descarnado e pediam vergados e abatidos, ao morador que vinha à janela, ou ao transeunte que parava a esmola para si para o marido ou a esposa. (*Apud.*, Alves, s/d, p. 67-68).

As ações do governador foram duramente criticadas pelos camarários. Em 13 de junho de 1793, os oficiais da Câmara da Paraíba enviaram uma representação à rainha dos procedimentos adotados pelo governador durante a seca que assolou a capitania. Queixavam-se da falta de erva, água e alimentos para os animais. “A nossa infelicidade ou melhor duramos o nosso merecido castigo nos fins do ano de 1791” escreveram eles (AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 31, D. 2286). No dia 26 do mesmo mês os camarários

reforçaram as queixas, em um longo documento, sobre as “sucessivas secas dos anos de 91, 92, 93”, e como ela destruiu plantações, provocou epidemias e fome entre a população. E, ainda, resultou em grande mortandade:

[...] o senado da Câmara desta Cid.º da Paraíba ir dobrar o joelho diante do seu real trono, sim esta Câmara como cabeça, e primeiro móvel desta República, que assim como deve decidir e se terminar o bem público, assim também deve ser interprete, amo dela, ore suplique, clame a favor dos povos, quando estes se acham perseguidos, atenuados e reduzidos ao estado mais lamentável, como presentem.º sucede. Esta capitania que sempre respirou livre, não só pelas produções da sua fertilid.º, senão também pelos víveres, que nela introduzia a negociação, tem chegado ao ponto da maior penúria e decadência, pelas sucessivas secas de 1791, 92, 93 em que estamos [...] entraram os povos a entreter as vidas com ervas e raízes de paus que mais serviam de veneno, que de antídoto, não se ouvem pelas ruas mais que suspiros, gemidos e clamores. Aqui se vê um caído, ali um desfalecido, pálidos, languidos, quase mortos e desordenado tropel dos pobres doentes e aflitos, tem feito na verdade essa época mais funestam a ela temos a mortandade nos indivíduos tem sido azas mente numerosa e para abranger os defuntos, que cada dia falecem, é preciso que em uma sepultura se enterrem três, quatro e mais corpos juntos” (AHU\_ACL\_CU\_014, Cx. 31, D. 2287).

Jerônimo de Melo e Castro, dentre os capitães-mores, foi o que mais sofreu os desmandos do cargo. A subordinação da capitania, bem como a sujeição às elites coloniais e camarárias dificultaram sua atuação no comando da administração.

### **Considerações Finais**

O trabalho buscou analisar o período da chamada “grande seca” (1791-1793), ocorrida nas capitâneas do norte da América portuguesa. De forma mais específica, centramos nossa atenção nas capitâneas do Norte, desde a capitania de Pernambuco e suas anexas, respectivamente, Rio Grande, Ceará e Paraíba. Buscamos relacionar, mesmo reconhecendo a necessidade de aprofundamento das análises, as ações dos capitães-mores e das Câmaras municipais, que ora estavam de acordo com os capitães-mores, ora em desacordo.

É importante ressaltar que a presente pesquisa encontra-se em fase inicial de análise, tanto historiográfica, quando documental. Entretanto, mesmo inicialmente,

apresentamos diferentes fontes documentais, desde memórias de viajantes que passaram pelas capitanias, cartas e ofícios dos governadores, além dos Termos de Vereação da Câmara do Natal. Buscamos demonstrar os problemas advindos da grande seca, tanto econômicos, bem como de saúde dos habitantes das capitanias anexas a Pernambuco.

### **Referências documentais:**

Arquivo Histórico Ultramarino. Capitania do Rio Grande do Norte.

Arquivo Histórico Ultramarino. Capitania de Pernambuco.

Arquivo Histórico Ultramarino. Capitania do Ceará.

Arquivo Histórico Ultramarino. Capitania da Paraíba.

D'ALMEIDA, Manoel Esteves. Registro de Memórias. *Revista do Instituto do Ceará*. Anno I, 1887.

D'ALENCASTRE, José Martins Pereira. Memoria Chronologica, Historica e Corographica da província do Piauhy. *RIHGB*. Tomo XX. 1857. Vol. 20. Rio de Janeiro: Kraus Reprint, 1973, p. 5-164.

PEREIRA, Padre Joaquim José Pereira. Memoria que contém a descripção problemática da longitude e latitude do sertão da capitania geral de S. Luiz do Maranhão, que igualmente diz respeito ao numero das freguezias, e ao das almas, de que consta a mesma capitania; dirigida, e consagrada ao Ilmo e Exmo Sr. D. Rodrigo de Souza Coutinho, conselheiro, ministro e secretario de estado dos negocios da marinha, e domínios ultramarinos. Ano 1798. *RIHGB*. Tomo XX. 1857. Vol. 20. Rio de Janeiro: Kraus Reprint, 1973, p. 165-169.

Termos de Vereação, 1748-1803.

### **Referências bibliográficas:**

ALVES, Joaquim. *História das Secas (séculos XVII-XIX)*. Edição Fac-Símilar. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2013.

BICALHO, Maria Fernanda B. "As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro". In: *Revista Brasileira de História*, vol. 18, no 36. São Paulo: ANPUH / FAPESP / Humanitas, 1998.

BONATO, Tiago. “A cada passo se esperava a morte”: o fenômeno da seca no sertão da América Portuguesa. *MÉTIS: história & cultura* – v. 17, n. 33, p. 343-353, jan/jun. 2018.

CASAL, Aires de. *Corografia Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, [1817] 1945.

CHAVES JÚNIOR, José Inaldo. “As duras cadeiras de hum governo subordinado”: história, elites e governabilidade na capitania da Paraíba (1755-1799). 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

DIAS, Érika Simone de Almeida C. Dias. O que é justo? “dar a cada um o que é seu”. Tramas jurídicas no final do século XVIII Pernambuco. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 36, n. 70, p. 91-118, jan/abr 2020.

DIAS, Thiago Alves. *Dinâmicas mercantis coloniais: capitania do Rio Grande do Norte (1760-1821)*. 2011. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Pós-graduação em História), Natal, 2011.

GUERRA, Phelippe; GUERRA, Theophilo. *Secas e contra a seca: Rio Grande do Norte*. Acervo Oswaldo Lamartine de Faria, s/d.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. São Paulo: Companhia editora Nacional, 1942.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo; CARDIM, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da (Orgs). *Optima Pars: Elites Ibero-Americanas no Antigo Regime*. Lisboa: ICS, 2005.

OLIVEIRA, Antônio José Alves de. “Para vir a ser mais florente de toda a América Portuguesa”: leituras do mundo natural, geografias coloniais e projeções nos sertões – Capitania do Ceará Grande (1760-1799). Tese (doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

PAIVA, Yamê Galdino de. *Vivendo à sobra das leis: Antônio Soares Brederode entre a justiça e a criminalidade. Capitania da Paraíba (1787-1802)*. Dissertação (mestrado em História e Cultura Histórica) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso brasileiro: 1500-1808. *Revista Brasileira de História*, vol. 18, n. 36. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, 1998.

STUDART, Guilherme. *Notas para a história do Ceará*. Brasília: Senado Federal, 2004.

XIMENES, Luciano J. F. Efeitos da ocorrência de Secas sobre indicadores agropecuários do Estado do Ceará. *Informe Rural*, ano VII, n. 1, 2013.

Recebido em: 10/05/2021  
Aprovado em: 26/06/2021